EXPEDIENTE Nº 23 — VERSÃO SITE

DENÚNCIAS

Nº 455

Cidadã encaminha denúncia acerca da situação de seu filho, criança brasileira residente no Panamá, em contexto de litígio familiar e sucessivas intervenções institucionais naquele país. Relata a abertura de nova medida de proteção, com possibilidade de novo afastamento entre mãe e filho, e manifesta preocupação com a submissão da criança a sucessivas entrevistas, avaliações e procedimentos institucionais. A denúncia foi encaminhada com provas documentais anexadas.

Encaminhamento: *Oficiar o Ministério das Relações Exteriores e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, solicitando informações sobre eventual acompanhamento do caso e a adoção das providências cabíveis, com especial atenção à proteção dos direitos da criança, à prevenção da revitimização e à preservação dos vínculos familiares. Submeter previamente os encaminhamentos à assessoria da Vice-Presidente da CDH, em razão do acompanhamento anterior do caso no âmbito da Subcomissão Permanente sobre a Convenção da Haia.*

Nº 488

Lideranças vinculadas ao Povo Terena de Mato Grosso encaminham denúncia acerca da demora na tramitação de

processo relacionado à indenização da comunidade, relatando preocupação com o prolongamento do procedimento e seus efeitos sobre os beneficiários. A denúncia foi encaminhada com provas documentais anexadas.

Encaminhamento: *Encaminhar a demanda ao Ministério dos Povos Indígenas, solicitando informações atualizadas sobre a tramitação do processo, as providências já adotadas, eventuais pendências e a previsão para as medidas subsequentes, com consulta às áreas competentes responsáveis pelo acompanhamento jurídico da matéria.*

Nº 490

Cidadã encaminha denúncia acompanhada de documentação relativa a fatos ocorridos durante período de privação de liberdade, à assistência de saúde então recebida e a controvérsias atualmente existentes no âmbito de sua execução penal. Relata risco de nova privação de liberdade e manifesta preocupação com sua integridade física e psíquica. A denúncia foi encaminhada com provas documentais anexadas.

Encaminhamento: *Encaminhar ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania síntese da manifestação, solicitando avaliação quanto à possibilidade de acompanhamento do caso sob a perspectiva da proteção dos direitos humanos. Solicitar previamente autorização da denunciante para o compartilhamento dos dados pessoais e sensíveis necessários ao encaminhamento e manter o expediente em acompanhamento.*

SOLICITAÇÕES

Nº 487

Terceira pessoa encaminha nova manifestação relacionada a caso anteriormente acompanhado pela Comissão, envolvendo duas crianças e alegações de violência, bem como desdobramentos de disputa judicial sobre guarda e convivência familiar. Solicita a continuidade do acompanhamento institucional, com preservação das informações sensíveis relativas às crianças.

Encaminhamento: *Agradecer as informações encaminhadas e esclarecer que a CDH já acompanha institucionalmente a situação, tendo adotado providências em expediente anterior. Manter a preservação da identidade, da localização e das demais informações sensíveis relativas às crianças.*

Nº 489

Cidadão afegão solicita apoio para obtenção de visto humanitário brasileiro, relatando situação de grave risco em razão de atividades profissionais anteriormente exercidas no Afeganistão e requerendo orientação para acesso à proteção humanitária.

Encaminhamento: *Encaminhar ao interessado as orientações já prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores à CDH sobre o procedimento aplicável à acolhida humanitária de nacionais afegãos, esclarecendo o modelo de patrocínio comunitário previsto na Portaria Interministerial*

MJSP/MRE nº 66/2026 e orientando quanto à procura de Organização da Sociedade Civil habilitada para eventual inclusão em lista de referenciamento. Encaminhar, ainda, a referida Portaria para conhecimento.

Nº 492

É apresentada nova manifestação relacionada ao caso de criança diagnosticada com amiloidose hereditária associada à transtirretina (ATTR), com indicação de tratamento mediante uso de tafamidis. A demanda relata risco de interrupção do acesso ao medicamento.

O caso já foi objeto de acompanhamento pela CDH, com encaminhamentos ao Ministério da Saúde, à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC e ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Encaminhamento: Reunir as informações e respostas anteriormente recebidas, solicitar atualização dos fatos supervenientes e, após análise, avaliar a necessidade de novos encaminhamentos institucionais.

INFORMES

Nº 491

Cidadão encaminha manifestação, por meio da Ouvidoria do Senado Federal, solicitando atenção à política brasileira de acesso, acolhimento e integração de cidadãos

afegãos. Defende a criação de vias legais e seguras para ingresso no País, inclusive para busca de trabalho, e medidas de prevenção a fraudes praticadas contra migrantes.

Encaminhamento: *Registrar a reiteração de matéria já apresentada pelo mesmo demandante em expediente anterior e dar ciência, por meio do sistema da Ouvidoria do Senado Federal, de que a manifestação precedente foi encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para conhecimento e análise das propostas apresentadas.*

EXPEDIENTE Nº 24 — VERSÃO SITE

DENÚNCIAS

Nº 493

Cidadã encaminha denúncia relacionada a situação de superendividamento e ao alegado comprometimento de valores provenientes de sua remuneração para pagamento de operações de crédito mantidas junto a instituição financeira. Relata ter solicitado a interrupção de débito automático e sustenta que teriam permanecido aprovisionamentos de valores, com impacto sobre recursos destinados às despesas essenciais da família. A manifestação foi encaminhada com documentação comprobatória.

Encaminhamento: *Encaminhar a manifestação à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, para conhecimento, orientação jurídica e avaliação das providências eventualmente cabíveis. Registrar a demanda também como subsídio para eventual abordagem da Comissão acerca do superendividamento das famílias e da preservação do mínimo existencial. Informar a demandante acerca do encaminhamento realizado.*

Nº 494

Cidadão encaminha denúncia acerca de conteúdos publicados na internet que, segundo relata, conteriam manifestações de natureza sexual envolvendo referências a menores de idade, possíveis conteúdos discriminatórios, exposição de crianças e declarações relacionadas à violência

contra mulheres. A denúncia foi acompanhada de arquivos audiovisuais.

Encaminhamento: *Encaminhar a denúncia e os arquivos apresentados à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – ONDH/MDHC e à Ouvidora-geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, para conhecimento, análise e direcionamento às áreas competentes, caso identificados elementos que justifiquem providências no âmbito de suas atribuições. Informar o demandante acerca dos encaminhamentos realizados.*

Nº 498

Cidadã encaminha documentação complementar a denúncia anteriormente analisada pela CDH, relacionada a histórico de violência doméstica e familiar, alegadas irregularidades processuais e dificuldades de acesso à assistência jurídica e à proteção institucional. A documentação foi apresentada em atendimento à solicitação de complementação formulada pela Comissão.

Encaminhamento: *Encaminhar a manifestação e a documentação complementar à Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE-PR, para conhecimento, avaliação da possibilidade de prestação de assistência jurídica e análise das medidas eventualmente cabíveis. Esclarecer à demandante que a CDH não possui competência para rever decisões judiciais ou interferir no mérito de processos. Registrar a documentação como complementação da denúncia anteriormente tratada*

pela Comissão e informar a demandante acerca do encaminhamento realizado.

Nº 500

Cidadã encaminha manifestação relacionada a processo judicial envolvendo guarda e convivência de sua filha menor de idade, relatando preocupação quanto à consideração dos elementos apresentados no curso da ação e à proteção da integridade física e emocional da criança. A documentação apresentada demonstra que a matéria permanece submetida ao Poder Judiciário.

Encaminhamento: *Informar à demandante que a definição da guarda, do regime de convivência e a valoração dos elementos probatórios competem ao Poder Judiciário, não cabendo à CDH interferir no mérito do processo. Encaminhar a manifestação à Defensoria Pública do Estado de São Paulo – DPESP, para conhecimento, orientação jurídica e avaliação das medidas eventualmente cabíveis, e informar a demandante acerca da providência adotada.*

Nº 506

Denúncia encaminhada à CDH relata possível situação de trabalho degradante em unidade localizada no Estado do Rio de Janeiro, com alegação de que trabalhadores estariam sendo impedidos de deixar o local e retornar às suas residências. A manifestação foi acompanhada de imagens e vídeos, cuja apuração compete aos órgãos responsáveis.

Encaminhamento: *Oficiar, em caráter de urgência, a Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro – SRTb/RJ e o Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro – MPT-RJ, encaminhando a denúncia e os arquivos apresentados para averiguação dos fatos e adoção das providências cabíveis. Oficiar também a Polícia Federal, considerando especificamente a alegação de possível restrição à liberdade de locomoção dos trabalhadores. Solicitar atenção prioritária à situação e retorno à Comissão acerca das providências adotadas.*

Nº 528

Encaminhamento anônimo apresenta denúncia referente a conteúdos publicados em redes sociais por família originária da Faixa de Gaza atualmente residente no Brasil. Segundo a manifestação, determinados conteúdos poderiam apresentar teor antissemita ou configurar incitação à violência e à intolerância. Parte relevante do material encontra-se originalmente em língua árabe, demandando tradução tecnicamente confiável e análise integral de seu contexto, não sendo possível, a partir dos elementos apresentados, concluir pela configuração de ilícito ou atribuir responsabilidade aos envolvidos.

Encaminhamento: *Encaminhar a denúncia e os elementos audiovisuais apresentados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, para conhecimento, análise dos conteúdos e avaliação das providências eventualmente cabíveis, com especial atenção à obtenção de transcrição e tradução tecnicamente confiáveis e à análise integral de seu*

contexto. Oficiar o Ministério das Relações Exteriores – MRE para solicitar, resguardadas as informações pessoais protegidas por lei, esclarecimentos acerca da forma de ingresso no Brasil dos integrantes da família, dos procedimentos ordinariamente aplicáveis à modalidade eventualmente utilizada e dos órgãos envolvidos nas etapas de análise e controle migratório. Registrar a denúncia como subsídio ao acompanhamento, pela CDH, das matérias relacionadas ao enfrentamento ao antissemitismo, à discriminação e à incitação à violência em ambientes digitais.

RESPOSTAS DE OFÍCIOS

Nº 497

O Ministério dos Povos Indígenas – MPI encaminha resposta a ofício da CDH relacionado à situação das pessoas indígenas com fissura labiopalatina. Informa que a oferta e a gestão dos serviços de saúde indígena, assim como a produção e a sistematização dos respectivos dados epidemiológicos e assistenciais, são atribuições do Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Saúde Indígena – SESAI.

***Encaminhamento:** Registrar a resposta e, considerando que a SESAI já foi acionada diretamente pela CDH para prestação das informações relacionadas à população indígena com fissura labiopalatina, manter o acompanhamento da solicitação e aguardar a manifestação do órgão. Caso não haja resposta em prazo razoável, reiterar o expediente encaminhado à SESAI.*

Nº 499

A Procuradoria da República no Amazonas encaminha resposta a ofício da CDH referente a denúncias sobre a suposta presença e circulação de grupos armados em áreas indígenas na região de São Gabriel da Cachoeira (AM). Informa a existência de procedimento destinado à apuração dos fatos e a realização de diligências internas para identificação e reunião das demais informações solicitadas pela Comissão.

Encaminhamento: *Registrar a resposta e manter a demanda em acompanhamento, aguardando as informações complementares anunciadas pelo Ministério Público Federal acerca dos procedimentos relacionados aos fatos, das providências adotadas e das respostas eventualmente apresentadas pelos órgãos acionados. Não havendo complementação em prazo razoável, reiterar a solicitação.*

Nº 501

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS encaminha resposta a ofício da CDH relativo a questionamento sobre o cálculo de benefício previdenciário de pessoa com deficiência. A autarquia esclarece que não houve análise administrativa conclusiva sobre a questão, em razão do cancelamento de requerimento de revisão antes de sua conclusão, e orienta a apresentação de novo pedido específico de revisão.

Encaminhamento: *Encaminhar ao demandante cópia da resposta apresentada pelo INSS e dar ciência da orientação para apresentação de novo requerimento administrativo de revisão, a fim de possibilitar a análise individualizada do*

cálculo do benefício. Registrar a resposta e encerrar o acompanhamento pela CDH, sem prejuízo de nova análise diante de fatos ou documentos supervenientes.

Nº 502

O Ministério das Relações Exteriores – MRE encaminha resposta a ofício da CDH relativo a caso de criança brasileira que permanece no Egito afastada da mãe. O Ministério informa manter acompanhamento consular e diplomático da situação e relata gestões realizadas junto às autoridades egípcias e tentativas de cumprimento de decisão judicial que atribuiu a custódia da criança à genitora.

Encaminhamento: *Encaminhar à requerente cópia da resposta do MRE e manter o caso em acompanhamento pela CDH, considerando que a decisão judicial permanece sem cumprimento. Solicitar ao Ministério que mantenha a Comissão informada acerca de novos desdobramentos relevantes e dar ciência à assessoria da Vice-Presidente da CDH, em razão do acompanhamento anterior do caso.*

Nº 503

A Procuradoria da República no Amazonas encaminha resposta complementar a ofício da CDH relacionado às denúncias de presença e circulação de grupos armados provenientes do território colombiano em terras indígenas da região de São Gabriel da Cachoeira (AM). O Ministério Público Federal informa a existência de apurações nas esferas

criminal e cível e confirma a instauração de inquérito policial pela Polícia Federal.

Encaminhamento: *Registrar a resposta complementar e a documentação encaminhada, bem como a existência dos procedimentos de apuração informados. Manter o tema em acompanhamento pela CDH, considerando a gravidade dos fatos e a existência de investigações em andamento, aguardando novos subsídios acerca da evolução das apurações e das medidas de proteção às comunidades indígenas afetadas.*

Nº 505

O Ministério das Relações Exteriores – MRE encaminha resposta a ofício da CDH relativo à situação de cidadã brasileira na Suíça, apresentando informações sobre processo judicial em curso naquele país, a assistência prestada pelo Consulado-Geral do Brasil em Zurique e os limites da atuação consular brasileira diante da competência das autoridades suíças.

Encaminhamento: *Encaminhar à demandante cópia da resposta do MRE e informar que a atuação consular brasileira deve observar a soberania e a competência das autoridades suíças, não podendo interferir nos procedimentos judiciais em curso. Manter o caso em acompanhamento pela CDH diante de eventuais fatos supervenientes relevantes e dar ciência à assessoria da Vice-Presidente da Comissão, considerando o acompanhamento anterior do caso.*

SOLICITAÇÕES

Nº 495

Integrante de comissão de aprovados em concurso público para assistentes sociais solicita apoio institucional da CDH para ampliar o debate acerca do fortalecimento das equipes técnicas multiprofissionais do Poder Judiciário, destacando sua atuação na garantia de direitos e no atendimento a crianças, adolescentes, famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade. A manifestação esclarece não pretender interferência na autonomia administrativa do Tribunal.

Encaminhamento: *Avaliar a realização de audiência pública no âmbito da CDH destinada a debater o fortalecimento do Serviço Social e das equipes técnicas multiprofissionais na garantia de direitos e no acesso às políticas públicas e à Justiça, considerando a possibilidade de inserção do tema em discussão mais ampla sobre a política de assistência social e o SUAS. Informar o demandante acerca do encaminhamento.*

Nº 496

Cidadão solicita atenção do Senado Federal à proteção dos direitos das pessoas adultas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, especialmente quanto ao acesso às vagas reservadas às pessoas com deficiência em concursos públicos, aos procedimentos de avaliação biopsicossocial e à validade dos documentos comprobatórios da condição.

Encaminhamento: *Informar ao demandante acerca da atuação da CDH sobre a matéria, inclusive da aprovação, em maio de 2026, de parecer favorável ao PL nº 1.414/2025, com emenda destinada a disciplinar a validade da avaliação biopsicossocial e da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Ciptea. Registrar a manifestação e acompanhar as proposições legislativas relacionadas ao tema, mantendo a demanda como subsídio à atuação da Comissão na proteção dos direitos das pessoas com TEA.*

Nº 507

Representante legal de criança solicita acompanhamento institucional da CDH em relação a investigação sobre possível violência sexual e violência doméstica e familiar contra criança, manifestando preocupação quanto ao cumprimento de diligências investigativas, à consideração dos elementos produzidos durante a apuração e à comunicação de proposta de arquivamento. A matéria tramita sob segredo de justiça.

Encaminhamento: *Solicitar ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, preservados o segredo de justiça e a identidade da criança, informações e acompanhamento acerca da situação relatada, especialmente quanto às diligências realizadas, à consideração dos elementos técnicos produzidos, à proposição de arquivamento e aos mecanismos disponíveis à representante legal da vítima. Solicitar o acompanhamento do caso sob a perspectiva da proteção integral da criança e da prevenção da revitimização, sem interferência na independência funcional do Ministério*

Público ou no mérito da investigação. Informar a demandante acerca do encaminhamento e manter o expediente em acompanhamento.

Nº 527

Representante de conselho estadual dos direitos da pessoa com deficiência solicita atenção à instituição de piso salarial nacional para cuidadores de pessoas com tetraplegia, destacando a importância da valorização dos profissionais responsáveis pela assistência cotidiana de pessoas que necessitam de apoio permanente. A matéria possui relação com a regulamentação da profissão de cuidador atualmente em discussão no Senado Federal.

Encaminhamento: *Encaminhar a demanda ao Relator do PL nº 6.073/2025 na CDH, para conhecimento e avaliação de eventual incorporação de contribuições antes da deliberação da matéria pela Comissão. Registrar a relação da demanda com discussões anteriormente promovidas pela CDH sobre valorização do trabalho de cuidado e acompanhar a tramitação do projeto, inclusive posteriormente na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, mantendo registrada a demanda específica relativa à instituição de piso salarial nacional para cuidadores.*

INFORMES

Nº 504

Associações comunitárias, lideranças locais, moradores e demais signatários de comunidades de Alcântara (MA) encaminham manifestação coletiva em defesa da autonomia, da autodeterminação e do reconhecimento da pluralidade das formas de representação existentes no território, especialmente no contexto dos procedimentos de regularização fundiária, participação social, reparações e cumprimento de decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A manifestação também apresenta alegações relacionadas a possíveis situações de intimidação ou constrangimento, cuja apuração compete aos órgãos responsáveis.

Encaminhamento: *Compartilhar a manifestação e a documentação apresentada com os Senadores membros da CDH, com especial atenção aos parlamentares que representam o Estado do Maranhão, para conhecimento e eventual acompanhamento institucional. Considerando que os próprios subscritores já encaminharam a manifestação a diversos órgãos e instituições competentes, evitar a duplicação, neste momento, das providências já adotadas. Manter a matéria em acompanhamento pela CDH, preservando a imparcialidade da Comissão diante de eventuais divergências entre organizações, associações, lideranças e moradores do território.*

EXPEDIENTE Nº 25 — VERSÃO SITE

DENÚNCIAS

Nº 516

Cidadão encaminha denúncia relatando supostas situações reiteradas de perseguição e intimidação que atribui à atuação de determinados policiais militares no Estado de São Paulo. Informa ser pessoa com transtorno do espectro autista – TEA e afirma que os episódios relatados têm provocado consequências pessoais e psicológicas. Apresenta registros de manifestações encaminhadas a diferentes órgãos públicos.

Encaminhamento: Orientar o demandante a procurar a Defensoria Pública do Estado de São Paulo – DPE-SP para análise individualizada do caso e avaliação das providências jurídicas e administrativas eventualmente cabíveis, observados os critérios institucionais de atendimento.

Nº 519

Denúncia encaminhada à CDH relata possível demora administrativa na efetivação de recursos destinados à Associação de Amor de Voluntários de Combate ao Câncer – AAVCC/Casa de Apoio São Lucas, que presta assistência a pacientes oncológicos de Rondonópolis/MT em tratamento no Hospital de Amor, em Barretos/SP. A manifestação aponta possíveis prejuízos ao transporte e à permanência dos pacientes e acompanhantes, solicitando esclarecimentos sobre a execução da Lei Municipal nº 14.831/2026 e a tramitação do processo administrativo relacionado ao repasse.

Encaminhamento: Oficiar a Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT, solicitando informações sobre a situação do processo administrativo, a origem e a destinação dos recursos, eventual vinculação a emenda parlamentar, as etapas já concluídas, as pendências existentes e a previsão de formalização da parceria e desembolso. Oficiar também à Câmara Municipal de Rondonópolis/MT, encaminhando a demanda para conhecimento e acompanhamento, especialmente quanto à fiscalização da execução da lei municipal e da destinação dos recursos, no âmbito de suas competências.

Nº 526

Cidadão brasileiro encaminha denúncia relacionada a dificuldades na emissão de passaportes de suas duas filhas menores de idade, residentes nos Estados Unidos. Relata divergências quanto às exigências para formalização da autorização paterna e solicita apoio institucional para viabilizar a documentação necessária ao deslocamento das crianças ao Brasil. Os elementos apresentados não esclarecem integralmente a situação jurídica da guarda, a existência de eventuais restrições judiciais ou a concordância materna com o deslocamento internacional.

Encaminhamento: Solicitar ao demandante informações complementares acerca da situação jurídica das crianças, incluindo eventual processo de guarda, custódia ou convivência, decisões judiciais ou restrições de viagem e concordância da mãe quanto à emissão dos passaportes e ao deslocamento. Após a análise dos esclarecimentos e

documentos pertinentes, reavaliar a possibilidade de atuação institucional da CDH, inclusive eventual solicitação de informações ao Ministério das Relações Exteriores – MRE, resguardado o melhor interesse das crianças.

Nº 529

Cidadão encaminha denúncia sobre suposta negativa de atendimento médico de urgência em unidade do Sistema Único de Saúde – SUS, no município de Jaraguá do Sul/SC. Segundo relata, o atendimento teria sido recusado em razão de sua residência em outro município. A documentação apresentada não permite esclarecer integralmente as circunstâncias do atendimento, a avaliação clínica realizada ou os fundamentos da alegada negativa.

Encaminhamento: Orientar o demandante a formalizar reclamação perante a Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul/SC, solicitando apuração dos fatos e esclarecimentos sobre os protocolos aplicáveis ao atendimento de usuários residentes em outros municípios. Informar, ainda, sobre a possibilidade de encaminhamento da denúncia ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina – MPSC. Eventuais respostas ou documentos complementares poderão ser apresentados à CDH para nova avaliação.

Nº 530

Ex-integrante da magistratura estadual encaminha denúncia sobre supostas irregularidades em procedimento administrativo que resultou em seu desligamento do Tribunal

de Justiça do Estado de Rondônia – TJRO. A manifestação apresenta alegações de violação ao contraditório e à ampla defesa, além de possível discriminação racial institucional. As questões relatadas envolvem atos e procedimentos submetidos aos mecanismos próprios de controle do Poder Judiciário.

Encaminhamento: Informar ao demandante que a CDH não possui competência para interferir em decisões ou procedimentos de outros Poderes. Orientá-lo quanto à possibilidade de apresentar reclamação ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, observadas as atribuições do órgão em matéria de controle administrativo e disciplinar, sem revisão do mérito de decisões judiciais. Registrar a manifestação e proceder ao arquivamento administrativo do expediente, ressalvada a apresentação de informação nova relevante.

RESPOSTAS DE OFÍCIOS

Nº 509

O Ministério das Relações Exteriores – MRE encaminha resposta a ofício da CDH relativo à operação realizada no Estado da Flórida, Estados Unidos, em agosto de 2026, que resultou na localização de crianças e adolescentes desaparecidos. O Ministério informa que, conforme apuração realizada pelo Consulado-Geral do Brasil em Orlando junto às autoridades norte-americanas, não havia registro de brasileiros entre os menores localizados. Informa, ainda, que fotografias de crianças brasileiras indicadas pela Comissão foram compartilhadas com as autoridades locais para eventual identificação posterior.

Encaminhamento: Acusar o recebimento e agradecer as informações e diligências realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores. Manter o acompanhamento dos casos de desaparecimento no âmbito da Comissão.

Nº 511

O Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP encaminha resposta a ofício da CDH sobre denúncias de possível presença e circulação de grupos armados provenientes da Colômbia em terras indígenas na região de São Gabriel da Cachoeira (AM). O Ministério apresenta informações sobre ações de segurança de fronteiras e esclarece que as unidades consultadas não dispunham de elementos suficientes para confirmar ou afastar os fatos relatados. Paralelamente, informações recebidas do Ministério Público Federal registram a existência de investigações nas esferas criminal e cível.

Encaminhamento: Registrar a resposta do MJSP e integrá-la ao acompanhamento institucional anteriormente realizado pela CDH, especialmente nos Expedientes nºs 499 e 503. Manter o tema em acompanhamento, considerando as investigações em andamento e as medidas relacionadas à proteção das comunidades indígenas, utilizando as informações reunidas como subsídio para eventual diligência da Comissão e interlocução com os órgãos competentes.

Nº 512

O Ministério das Relações Exteriores – MRE encaminha resposta a ofício da CDH referente à solicitação de acolhida humanitária apresentada por cidadão afegão que relata situação de perseguição e risco à sua segurança e à de seus familiares. O Ministério esclarece que o procedimento aplicável à concessão de vistos humanitários a nacionais afegãos adota o modelo de patrocínio comunitário, mediante referenciamento por organização da sociedade civil habilitada e posterior análise pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP.

Encaminhamento: Informar ao requerente acerca da resposta do MRE e orientá-lo a procurar organização da sociedade civil habilitada nos termos do Edital de Chamamento MJSP nº 1/2024, para verificar a possibilidade de acolhimento e inclusão em lista de referenciamento. Manter o acompanhamento da demanda, aguardando a manifestação do MJSP sobre as possibilidades de proteção humanitária e outras medidas eventualmente aplicáveis.

Nº 513

O Ministério das Relações Exteriores – MRE encaminha resposta a ofício da CDH sobre a situação de comunidades indígenas na região de fronteira entre Brasil e Colômbia, diante de denúncias de atuação de grupos armados. A manifestação apresenta informações sobre riscos enfrentados por populações indígenas em território colombiano, relacionados a disputas entre organizações armadas, e registra iniciativas de cooperação bilateral, inclusive proposta

brasileira de reativação do Comitê Técnico Binacional sobre Assuntos Indígenas.

Encaminhamento: Acusar o recebimento e agradecer as informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores. Integrar a resposta ao acompanhamento institucional já realizado pela CDH, considerando as manifestações do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério Público Federal. Manter o acompanhamento da matéria, especialmente quanto à apuração dos fatos e às informações supervenientes dos órgãos competentes.

Nº 514

A Defensoria Pública do Estado de Goiás – DPE-GO encaminha resposta a ofício da CDH referente à situação de casal de idosos de Águas Lindas de Goiás/GO que perdeu o imóvel utilizado como residência em processo de execução decorrente de contratos de empréstimo. A Defensoria informa que ainda não dispõe de atendimento cível na comarca, com previsão de instalação da unidade em novembro de 2026, e aponta a possibilidade de nomeação de advogado dativo. A análise da documentação processual identificou questões relacionadas às condições contratuais, à proteção do imóvel como bem de família, à assistência jurídica prestada e aos efeitos dos atos de expropriação.

Encaminhamento: Informar o demandante sobre a resposta recebida e oficiar novamente à DPE-GO, solicitando avaliação jurídica prioritária e integral do caso, inclusive quanto à possibilidade de atendimento excepcional ou de auxílio para viabilizar a nomeação de advogado dativo.

Solicitar exame das medidas processuais eventualmente cabíveis e da efetividade da assistência jurídica prestada ao casal. Encaminhar os elementos pertinentes ao Ministério Público do Estado de Goiás – MPGO, para avaliação de eventual repercussão coletiva das práticas de crédito identificadas. Solicitar, ainda, ao órgão municipal competente da assistência social avaliação das necessidades de proteção socioassistencial do casal, observada a situação de vulnerabilidade relatada.

Nº 515

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará encaminha resposta a ofício da CDH relacionado à segurança das pessoas envolvidas no acompanhamento do desaparecimento de criança no município de Eldorado dos Carajás/PA. A instituição esclarece os limites legais de sua atuação quanto à prestação de segurança pessoal permanente e escolta a particulares. A solicitação original da Comissão, contudo, referia-se à avaliação institucional de situações de risco registradas no relatório de diligência externa.

Encaminhamento: Oficiar novamente à Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará, esclarecendo o objeto da solicitação anterior e requerendo análise específica dos elementos relacionados à segurança constantes do relatório da diligência. Solicitar informações sobre eventuais riscos identificados e providências adotadas ou possíveis no âmbito das atribuições da instituição, inclusive mediante investigação ou articulação com outros órgãos de segurança pública.

Reencaminhar a documentação pertinente e manter o caso em acompanhamento.

Nº 517

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC encaminha resposta complementar a ofício da CDH relacionado à denúncia de suposta violação de direitos de criança com transtorno do espectro autista – TEA em ambiente escolar, no município de Aracaju/SE. A manifestação apresenta informações do Ministério Público do Estado de Sergipe sobre a apuração criminal e o resultado do processo judicial. Permanecem pendentes, na documentação recebida pela Comissão, as manifestações dos órgãos estaduais e municipais de educação anteriormente acionados pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos.

Encaminhamento: Acusar o recebimento e agradecer as informações prestadas pelo MDHC. Informar os demandantes acerca da resposta recebida e do resultado da apuração judicial comunicado pelo Ministério Público. Manter o acompanhamento institucional, aguardando as manifestações da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe – SEED e da Secretaria Municipal de Educação de Aracaju – SEMED, já acionadas pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, para posterior avaliação das providências administrativas, educacionais e protetivas.

Nº 518

O Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP encaminha resposta a ofício da CDH relacionado ao acompanhamento do falecimento de criança após atendimentos médico-hospitalares na rede pública de saúde de São Paulo. A manifestação aborda a apuração das circunstâncias do óbito, a proposta de celebração de Acordo de Não Persecução Penal – ANPP com profissionais investigados e os procedimentos relativos à exumação equivocada dos restos mortais da criança. Informações posteriores registram que dois investigados não aderiram ao acordo proposto, enquanto um terceiro aceitou a solução consensual.

Encaminhamento: Acusar o recebimento e agradecer as informações prestadas pelo MPSP. Manter o acompanhamento da persecução penal em relação aos investigados que não aderiram ao ANPP e do cumprimento do acordo celebrado pelo terceiro, respeitadas as atribuições do Ministério Público e do Poder Judiciário. Prosseguir no acompanhamento das providências relativas à exumação equivocada e das apurações relacionadas à assistência médica, inclusive perante os órgãos competentes. Informar a família acerca das respostas e dos desdobramentos institucionais relevantes.

Nº 520

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT encaminha resposta a ofício da CDH relativo à denúncia de suposta falta de transparência nas convocações de processo seletivo simplificado para contratação temporária de professores da rede pública do Distrito Federal. O

Ministério Público informa ter analisado os fatos em procedimento próprio, posteriormente arquivado por ausência de elementos suficientes de ilegalidade ou improbidade administrativa que justificassem o prosseguimento da atuação ministerial. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal já havia informado não ter identificado irregularidades nas convocações.

Encaminhamento: Acusar o recebimento e agradecer as informações prestadas pelo MPDFT. Informar a demandante sobre o resultado da apuração e registrar a manifestação em conjunto com a resposta anteriormente apresentada pela Secretaria de Estado de Educação. Manter o acompanhamento até o recebimento da resposta da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, para posterior avaliação conjunta das informações e eventual encerramento da demanda.

Nº 521

O Ministério das Relações Exteriores – MRE encaminha resposta a ofício da CDH relacionado ao cumprimento de decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ referente ao retorno ao Brasil de duas crianças que se encontram na Irlanda. O Ministério esclarece os procedimentos aplicáveis à cooperação jurídica internacional e indica a atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, como Autoridade Central brasileira para a tramitação do pedido perante as autoridades estrangeiras.

Encaminhamento: Acusar o recebimento e agradecer os esclarecimentos prestados pelo MRE. Solicitar ao STJ informações sobre as providências adotadas ou previstas para a formalização do pedido de cooperação jurídica internacional destinado ao cumprimento da decisão. Oficiar também ao MJSP/DRCI para verificar o recebimento do pedido e as medidas eventualmente adotadas perante as autoridades irlandesas. Submeter previamente os encaminhamentos à análise técnica da assessoria da Senadora Mara Gabrilli, considerando o acompanhamento anterior do caso, com posterior expedição dos ofícios mediante assinatura conjunta da Presidente e da Vice-Presidente da CDH. Informar a demandante e manter o acompanhamento da matéria.

Nº 522

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC encaminha resposta a ofício da CDH relacionado ao desaparecimento de criança no município de Eldorado dos Carajás/PA. A manifestação apresenta atualizações sobre providências investigativas e institucionais adotadas no caso concreto. Permanecem, contudo, sem esclarecimento específico os questionamentos formulados pela Comissão sobre os protocolos de resposta ao desaparecimento de crianças e adolescentes, especialmente nas primeiras horas após a comunicação e em ocorrências em áreas rurais.

Encaminhamento: Acusar o recebimento e agradecer as informações prestadas pelo MDHC. Reiterar a solicitação de esclarecimentos sobre os protocolos e fluxos adotados nas primeiras horas após o desaparecimento de crianças e

adolescentes, bem como sua adequação às particularidades das áreas rurais. Solicitar, quando existentes, os documentos normativos e orientações técnicas aplicáveis. Registrar as atualizações relativas à investigação do desaparecimento e manter o acompanhamento institucional.

Nº 523

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC encaminha resposta a ofício da CDH referente à denúncia de possível comprometimento dos direitos da população em situação de rua no Distrito Federal durante paralisação de serviços socioassistenciais essenciais. A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos informa que encaminhou a manifestação aos órgãos competentes. A documentação recebida apresenta informações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sobre as providências adotadas, permanecendo pendentes as manifestações de outros órgãos anteriormente acionados.

Encaminhamento: Acusar o recebimento e agradecer as informações prestadas pelo MDHC. Registrar que a CDH permanece acompanhando a demanda e aguarda as manifestações da Ouvidoria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES e da Ouvidoria da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, já acionadas pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Informar o demandante acerca das informações recebidas e proceder à avaliação conjunta após a apresentação das respostas pendentes.

Nº 524

A Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará – SEIRDH/PA encaminha resposta a ofício da CDH expedido em decorrência de diligência externa relacionada ao desaparecimento de criança em Eldorado dos Carajás/PA. A manifestação apresenta informações sobre mecanismos de proteção disponíveis e providências relacionadas à avaliação de eventual inclusão de familiares em programa de proteção. Parte dos questionamentos formulados pela Comissão permanece sem esclarecimento integral.

Encaminhamento: Acusar o recebimento e agradecer as informações prestadas pela SEIRDH/PA. Solicitar complementação sobre os mecanismos de proteção destinados a familiares e testemunhas em investigações de desaparecimento, os procedimentos de avaliação de risco e as medidas de apoio a conselheiros tutelares e profissionais da rede de proteção eventualmente ameaçados. Solicitar também o resultado da avaliação técnica sobre eventual inclusão de familiares no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA. Manter o acompanhamento, resguardadas as informações sensíveis.

Nº 525

O Ministério dos Povos Indígenas – MPI encaminha resposta a ofício da CDH relacionado ao relatório de diligência realizada em Rondônia, referente à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. A solicitação original tratou de questões fundiárias, autorizações de ingresso no território indígena e informações sobre áreas abrangidas por projetos de

assentamento e operações de desintrusão. A resposta ministerial apresenta esclarecimentos parciais, permanecendo pendentes informações específicas solicitadas pela Comissão.

Encaminhamento: Acusar o recebimento e agradecer as informações prestadas pelo MPI. Solicitar complementação quanto à duração das atividades autorizadas no território indígena entre 2023 e 2025, à relação entre o Projeto Fundiário Jaru/Ouro Preto e o Projeto de Assentamento Jaru-Uaru e à extensão territorial da sobreposição objeto da solicitação. Requerer, se necessário, subsídios da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai e dos demais órgãos competentes. Manter o acompanhamento até o recebimento das informações complementares.

SOLICITAÇÕES

Nº 510

Integrante da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais encaminha nova manifestação à CDH, em continuidade a denúncia anteriormente acompanhada pela Comissão, solicitando informações sobre a tramitação de procedimento investigatório criminal relacionado a alegações de assédio e outras possíveis irregularidades funcionais. A demandante manifesta preocupação com o tempo decorrido desde a instauração do procedimento, suas sucessivas movimentações administrativas e eventual risco de prescrição. A documentação disponível não permite concluir pela ocorrência de prescrição ou irregularidade na tramitação.

Encaminhamento: Oficiar à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais – PGJ/MG, solicitando informações atualizadas sobre a fase do procedimento. Solicitar esclarecimentos sobre eventual risco prescricional identificado pelo órgão competente. Manter o acompanhamento institucional da resposta e avaliar eventuais providências posteriores.

INFORMES

Nº 508

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC encaminha moção manifestando preocupação com possíveis impactos sobre a soberania e a autonomia tecnológica brasileiras decorrentes da aquisição do controle da AKAER Engenharia S.A., empresa nacional do setor aeroespacial, pelo Grupo EDGE, conglomerado estatal sediado nos Emirados Árabes Unidos. A manifestação aborda a preservação da propriedade intelectual, do conhecimento tecnológico, da capacidade nacional de engenharia e dos requisitos aplicáveis às Empresas Estratégicas de Defesa – EED. A operação foi posteriormente anunciada como concluída, permanecendo relevantes as questões de proteção de tecnologias estratégicas apresentadas pela entidade.

Encaminhamento: Tomar conhecimento da manifestação e encaminhar cópia do expediente ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para análise de eventual existência de lacunas na legislação brasileira relacionadas à aquisição ou transferência do controle de empresas nacionais detentoras de tecnologias estratégicas por grupos ou entes estatais

estrangeiros. Solicitar avaliação quanto à proteção da propriedade intelectual, do conhecimento tecnológico, da capacidade nacional de engenharia e dos requisitos aplicáveis às Empresas Estratégicas de Defesa, bem como à eventual necessidade de aperfeiçoamento legislativo.

EXPEDIENTE Nº 26 — VERSÃO SITE

🟩 RESPOSTAS DE OFÍCIOS

Nº 531

O Ministério das Relações Exteriores – MRE encaminha resposta a ofício da CDH referente à situação de brasileiros que permaneceram sob custódia das autoridades do Laos, em contexto relacionado a possível tráfico internacional de pessoas e exploração laboral. Informa que a Embaixada do Brasil em Bangkok acompanhou o caso, prestou assistência consular e realizou missão ao Laos para verificar presencialmente as condições dos nacionais brasileiros. O Ministério também relata que um dos brasileiros acompanhados retornou ao Brasil em 12 de setembro de 2026, com recursos próprios e documentação emitida pela representação diplomática brasileira.

Encaminhamento: Registrar as informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores, especialmente quanto ao acompanhamento consular, às providências adotadas no Laos e ao retorno do cidadão brasileiro ao País. Considerar respondido o ofício encaminhado ao MRE, sem prejuízo da análise das demais manifestações institucionais relacionadas ao caso e da avaliação de eventuais providências adicionais.

Nº 532

A Polícia Científica do Estado do Pará encaminha resposta a ofício da CDH relativo à estrutura e à capacidade de atendimento dos serviços de perícia criminal, especialmente

nas investigações provenientes dos municípios do interior. Informa a distribuição territorial de suas unidades, a existência de núcleos avançados e a tramitação de proposta de reestruturação administrativa destinada à regularização e ampliação dos serviços. Reconhece dificuldades decorrentes da extensão territorial do Estado, da complexidade das demandas e da insuficiência do quadro de pessoal para assegurar a celeridade desejável em todas as situações.

Encaminhamento: Registrar as informações prestadas pela Polícia Científica do Pará e considerar respondido o ofício. Manter em acompanhamento institucional a proposta de reestruturação e interiorização dos serviços periciais, especialmente quanto à regularização das unidades, à ampliação do quadro de pessoal e ao aperfeiçoamento do atendimento às investigações realizadas no interior do Estado, para avaliação conjunta com os demais encaminhamentos decorrentes da diligência da CDH no Pará.

Nº 535

A Polícia Federal – PF encaminha resposta a ofício da CDH relacionado à situação de brasileiros que estiveram sob custódia das autoridades do Laos, em contexto de possível tráfico internacional de pessoas e exploração laboral. Informa a adoção de procedimentos de atendimento a brasileiros retornados ao País, incluindo articulação institucional e realização de entrevistas destinadas à coleta de informações sobre as circunstâncias de recrutamento, deslocamento, permanência e custódia no exterior. Esclarece que a eventual caracterização de ilícitos depende da análise dos elementos

reunidos e da definição das competências investigativas aplicáveis.

Encaminhamento: Registrar as informações prestadas pela Polícia Federal e considerar respondido o ofício. Manter o caso em acompanhamento institucional quanto às providências relacionadas à possível ocorrência de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração laboral, avaliando posteriormente a necessidade de solicitar atualização sobre o andamento das apurações.

Nº 536

O Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP encaminha resposta a ofício da CDH decorrente de diligência externa realizada em Eldorado dos Carajás (PA), no contexto do acompanhamento de caso de desaparecimento infantil. A manifestação apresenta informações sobre instrumentos e protocolos nacionais destinados à busca e identificação de pessoas desaparecidas, incluindo o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas – CNPD e o Amber Alert Brasil. Destaca, ainda, a importância da integração de bases de dados, da comunicação imediata dos desaparecimentos e da atuação coordenada dos órgãos de segurança pública, especialmente em localidades distantes dos grandes centros urbanos.

Encaminhamento: Registrar as informações prestadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e considerar respondido o ofício quanto aos mecanismos nacionais de busca, localização e identificação de pessoas desaparecidas. Incorporar os esclarecimentos aos registros da diligência

realizada em Eldorado dos Carajás, para consideração na consolidação dos encaminhamentos e recomendações da Comissão, especialmente quanto à interoperabilidade de bases de dados, à cooperação entre os órgãos de segurança pública e ao aperfeiçoamento da resposta aos desaparecimentos de crianças e adolescentes.

Nº 537

O Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP encaminha resposta a ofício da CDH relacionado à solicitação de proteção humanitária apresentada por cidadão afegão residente no Paquistão, que relata perseguição e risco à sua integridade e à de familiares em razão de sua anterior atuação profissional no sistema judicial do Afeganistão. A manifestação apresenta esclarecimentos sobre os instrumentos disponíveis no âmbito da política migratória e de proteção a refugiados, os limites de atuação do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE em relação a pessoas que se encontram fora do território brasileiro e os procedimentos aplicáveis à eventual concessão de visto ou adoção de medida de caráter humanitário.

Encaminhamento: Registrar a resposta do Ministério da Justiça e Segurança Pública e informar ao requerente acerca dos esclarecimentos prestados. Aguardar a manifestação do Ministério das Relações Exteriores, igualmente acionado pela CDH, para análise conjunta das informações e posterior avaliação da necessidade de providências adicionais.

Nº 538

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP encaminha resposta a ofício da CDH relacionado ao acompanhamento institucional do óbito de uma criança e às circunstâncias de seu atendimento médico. O Conselho informa a impossibilidade de disponibilizar documentos referentes a sindicância e processo ético-profissional, em razão do sigilo processual previsto nas normas aplicáveis aos Conselhos de Medicina e da proteção conferida às informações decorrentes da relação médico-paciente.

Encaminhamento: Registrar a resposta do CREMESP e oficiar o Conselho Federal de Medicina – CFM, solicitando esclarecimentos acerca do regime jurídico aplicável ao sigilo das sindicâncias e dos processos ético-profissionais, especialmente quanto às hipóteses de compartilhamento de informações com órgãos públicos; à necessidade de autorização judicial; à possibilidade de fornecimento parcial de documentos, decisões e informações processuais; às medidas de proteção de dados pessoais e clínicos; e às condições de acesso pelo paciente ou, em caso de falecimento, por familiar legitimado ou advogado constituído. Aguardar a manifestação do CFM para posterior avaliação quanto à necessidade de renovação ou adequação da solicitação encaminhada ao CREMESP.

Nº 539

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ, por intermédio da Vara de Execução de Penas e Medidas

Alternativas, encaminha resposta a ofício da CDH relacionado à execução penal de cidadão condenado em decorrência dos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023. Informa que as penas restritivas de direitos submetidas à fiscalização daquele Juízo foram cumpridas sem intercorrências, tendo sido declarada a extinção parcial da punibilidade. Esclarece que permanece pendente a pena de multa e que os pedidos de isenção apresentados pela Defensoria Pública, fundamentados nas condições pessoais, de saúde e socioeconômicas do interessado, foram submetidos ao Supremo Tribunal Federal e indeferidos.

Encaminhamento: Registrar as informações prestadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e considerar respondido o ofício quanto ao cumprimento das penas restritivas de direitos e à ausência de intercorrências durante a execução. Aguardar a resposta do Supremo Tribunal Federal, igualmente acionado pela CDH, para análise conjunta das informações, especialmente quanto à situação atual da multa, à possibilidade de parcelamento diante da condição socioeconômica documentada, às medidas de cobrança e às consequências jurídicas de eventual inadimplemento decorrente de comprovada impossibilidade econômica, inclusive quanto à existência ou não de repercussão sobre a liberdade do interessado.

🟩 SOLICITAÇÕES

Nº 533

Representante de associação de apoio a pacientes oncológicos de Rondonópolis (MT) encaminha documentação

complementar a demanda anteriormente analisada pela CDH, relacionada à destinação de recursos públicos para a entidade. A nova documentação refere-se a emendas parlamentares municipais destinadas à aquisição de veículo para transporte de pacientes em tratamento fora do domicílio. Informa que a administração municipal identificou possível impedimento jurídico à celebração da parceria, relacionado às regras de prevenção de conflitos de interesses previstas na legislação aplicável às organizações da sociedade civil. A entidade contesta a incidência automática do impedimento e solicita reavaliação administrativa ou manifestação jurídica específica.

Encaminhamento: Manter os encaminhamentos anteriormente aprovados pela CDH e incorporar a documentação complementar aos registros da demanda. Solicitar à Prefeitura Municipal de Rondonópolis informações atualizadas sobre a tramitação do projeto, os fundamentos jurídicos considerados, a existência de manifestação conclusiva da Procuradoria-Geral do Município, o eventual saneamento das pendências identificadas e a possibilidade de prosseguimento da parceria, observados os requisitos legais e os mecanismos de prevenção de conflitos de interesses.

Nº 534

Cidadã encaminha documentação complementar a manifestação anteriormente analisada pela CDH, relacionada a alegações de violência doméstica, psicológica e institucional no contexto de litígios judiciais envolvendo a guarda e a convivência com seu filho menor de idade, no Estado do Rio

Grande do Sul. Relata preocupação com a atuação da rede local de proteção, especialmente quanto ao registro e à consideração de informações relevantes sobre a criança, e solicita atenção a possíveis situações de violência vicária. A documentação inclui informações sobre medidas protetivas, avaliação de risco relacionada à violência doméstica e providências adotadas pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública estadual.

Encaminhamento: Encaminhar a documentação complementar ao Ministério das Mulheres, para conhecimento e eventual acompanhamento no âmbito de suas competências, em continuidade às providências anteriormente adotadas pela CDH. Informar à demandante acerca do encaminhamento realizado e manter o expediente em acompanhamento administrativo, observada a impossibilidade de interferência da Comissão no mérito de decisões e procedimentos submetidos ao Poder Judiciário.

EXPEDIENTE Nº 27 — VERSÃO SITE

DENÚNCIAS

Nº 547

Representantes do pai de criança vítima de homicídio encaminham notícia de possíveis irregularidades ético-funcionais atribuídas à magistrada responsável pelo julgamento criminal no Rio de Janeiro. Os fatos relatados também foram submetidos à Corregedoria Nacional de Justiça, em reclamação disciplinar, e dependem de apuração pela autoridade competente.

Encaminhamento: *Oficiar à Corregedoria Nacional de Justiça para solicitar informações sobre a tramitação da reclamação disciplinar e as providências eventualmente adotadas, respeitados os limites de sigilo. Manter acompanhamento institucional, sem interferência na decisão judicial ou na análise das provas*

Nº 548

A CDH acompanha o caso de criança de aproximadamente 11 meses supostamente subtraída em Firmino Alves (BA), em 13 de outubro de 2026, e localizada no dia seguinte em Ilhéus (BA). As circunstâncias do ocorrido permaneceram sob apuração, com necessidade de acompanhamento da saúde e da proteção da criança e de sua família.

Encaminhamento: *Registrar a expedição dos Ofícios nºs 402 a 406/2026-CDH à Polícia Civil, à Secretaria de Segurança Pública e ao Ministério Público da Bahia, além dos Conselhos Tutelares de Firmino Alves e Ilhéus. Acompanhar as respostas e a articulação da rede de proteção, resguardando a intimidade da criança e o sigilo investigativo.*

Nº 551

A CDH acompanha o desaparecimento de uma criança ocorrido em 4 de janeiro de 2024, na Praia da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro (RJ). Em outubro de 2026, a mãe da criança participou de reuniões com a Presidência da Comissão, relatando dificuldades no acompanhamento das investigações e solicitando esclarecimentos sobre diligências policiais, procedimentos do Ministério Público e mecanismos de cooperação internacional. A Presidência manifestou a intenção de realizar diligência presencial no Rio de Janeiro, com visita ao local do desaparecimento e reuniões com as autoridades responsáveis.

Encaminhamento*: Verificar os registros de providências anteriormente adotadas pela CDH e as respostas institucionais recebidas. Oficiar ao Ministério Público e à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, solicitando informações atualizadas sobre a situação das investigações, os procedimentos em andamento e as diligências realizadas ou pendentes, respeitado o sigilo investigativo. Retomar a interlocução com a representação jurídica da família e verificar, junto aos órgãos federais competentes, a situação dos mecanismos de cooperação internacional, especialmente os alertas da*

Interpol. Prosseguir na organização da diligência presencial prevista para novembro de 2026, condicionada à confirmação das agendas institucionais. Manter o acompanhamento do caso, preservando os direitos da criança e de seus familiares e sem interferir nas atribuições das autoridades investigativas.

Nº 560

Cidadã com deficiência relata possíveis violações de direitos, conflitos patrimoniais e familiares e questionamentos sobre procedimentos judiciais e disciplinares nos Estados do Amapá e do Pará. A manifestação também solicita atenção urgente à assistência hospitalar de adolescente de sua família, internado em unidade de terapia intensiva em Macapá (AP).

***Encaminhamento:** Solicitar, com urgência, informações à Secretaria de Estado da Saúde do Amapá sobre a assistência ao adolescente e eventual indicação médica de transferência; comunicar o Ministério da Saúde para avaliação de apoio, se necessário. Solicitar informações institucionais ao CNJ e ao CNMP sobre procedimentos disciplinares mencionados, sem interferir em decisões judiciais, e resguardar os dados pessoais e médicos.*

RESPOSTAS DE OFÍCIOS

Nº 540

O Ministério Público do Trabalho informa que fiscalização realizada em 21 de setembro de 2026 na empresa Lagos Bioenergia, em Cabo Frio (RJ), resultou no resgate de 67 trabalhadores em condições degradantes. Segundo o órgão,

foram adotadas providências para pagamento de verbas trabalhistas, retorno dos trabalhadores às suas residências e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta.

Encaminhamento: *Registrar a resposta e dar ciência ao denunciante e ao Senado Verifica. Considerar atendida a solicitação urgente e arquivar o expediente, sem prejuízo de reabertura diante de informações sobre descumprimento das obrigações ou novas violações.*

Nº 541

O Ministério das Relações Exteriores responde a questionamentos da CDH sobre conteúdos digitais atribuídos a integrantes de família oriunda da Faixa de Gaza e sobre procedimentos migratórios. Esclarece os limites de suas competências e as restrições legais à divulgação de informações individuais relativas à concessão de vistos. A denúncia original envolve alegações que dependem de verificação pelas autoridades competentes.

Encaminhamento: *Registrar os esclarecimentos e solicitar ao MRE informações gerais sobre os procedimentos e requisitos aplicáveis à concessão de vistos a estrangeiros provenientes da Faixa de Gaza, sem requerer divulgação indevida de dados pessoais ou presumir a ocorrência de ilícitos.*

Nº 542

O Ministério das Relações Exteriores apresenta informações sobre o acompanhamento consular de criança

brasileira residente no Panamá, em contexto de litígio familiar e medidas judiciais de proteção. A manifestação demonstra atuação diplomática anterior, mas não esclarece integralmente os riscos de novo afastamento entre mãe e filho relatados à Comissão.

Encaminhamento: *Submeter a resposta e a proposta de complementação à assessoria da Senadora Mara Gabrilli, para avaliação. Após validação, solicitar ao MRE atualização sobre as medidas de proteção, a assistência consular e a situação da criança, respeitada a competência das autoridades panamenhas.*

Nº 543

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro responde à CDH sobre o desaparecimento dos restos mortais de recém-nascida ocorrido em 2011, em Niterói (RJ), e sobre questionamentos relativos a restos mortais encontrados no Instituto Fernandes Figueira. Informa a instauração de procedimento de apuração, o registro do desaparecimento no SINALID e providências de acolhimento da mãe.

Encaminhamento: *Registrar as medidas comunicadas e solicitar à Promotoria responsável informações complementares sobre a identificação e destinação dos restos mortais, os procedimentos de apuração e a preservação de elementos úteis à investigação, observados os limites de sigilo e a dignidade das famílias.*

Nº 544

A Polícia Federal responde a ofício da CDH sobre denúncia de trabalho degradante em estabelecimento de Cabo Frio (RJ). Informa o registro da notícia no sistema e-Pol e seu encaminhamento para avaliação da unidade competente. Em manifestação correlata, o Ministério Público do Trabalho confirmou fiscalização e resgate de trabalhadores.

Encaminhamento: *Registrar a resposta e solicitar à Polícia Federal esclarecimentos complementares sobre eventual procedimento investigativo e providências de apuração criminal. Distinguir a reparação trabalhista comunicada pelo MPT da investigação de possíveis infrações penais.*

Nº 545

A Terracap apresenta esclarecimentos sobre a regularização fundiária em Vicente Pires e na Colônia Agrícola Samambaia, no Distrito Federal, especialmente quanto à titularidade de áreas, aos critérios de avaliação dos imóveis, à classificação das modalidades de regularização e às condições do Programa Venda Direta.

Encaminhamento: *Encaminhar a resposta às associações de moradores interessadas, solicitando manifestação e documentação de situações concretas eventualmente não esclarecidas. Manter acompanhamento quanto aos possíveis impactos sociais das condições de regularização sobre famílias em vulnerabilidade.*

Nº 556

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará encaminha resposta sobre mecanismos de proteção de familiares, testemunhas e integrantes da rede de proteção, no contexto da diligência da CDH relativa ao desaparecimento de criança em Eldorado do Carajás (PA). A documentação recebida menciona despacho da Polícia Civil que não foi disponibilizado à Comissão.

Encaminhamento: *Solicitar o envio integral do despacho referido e, se necessário, esclarecimentos adicionais sobre medidas de proteção e apoio institucional às pessoas envolvidas nas buscas e investigações, preservando informações sensíveis.*

Nº 557

O Ministério da Justiça e Segurança Pública apresenta documentos técnicos da Secretaria Nacional de Segurança Pública sobre bases de dados, interoperabilidade, cooperação e protocolos de busca de pessoas desaparecidas, em resposta a questionamentos formulados após diligência da CDH em Eldorado do Carajás (PA). Persistem dúvidas sobre a aplicação prática desses instrumentos.

Encaminhamento: *Solicitar manifestação complementar e consolidada do Ministério sobre protocolos de resposta imediata, compartilhamento de informações e articulação entre órgãos, especialmente em desaparecimentos de crianças em áreas rurais, para subsidiar o acompanhamento institucional.*

Nº 558

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária informa providências preliminares relacionadas a denúncias sobre a qualidade da alimentação fornecida a pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Doutor Manoel Martins Lisboa Júnior, em Muriaé (MG). Os relatos apontam possível fornecimento de alimentos impróprios e riscos à saúde.

Encaminhamento: *Encaminhar as denúncias ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e solicitar informações sobre inspeções e medidas adotadas. Prosseguir na articulação com os órgãos competentes para apuração das condições de alimentação e proteção da saúde da população prisional.*

SOLICITAÇÕES

Nº 546

Representantes de pessoa custodiada em estabelecimento prisional de Minas Gerais relatam preocupações com a assistência médica e solicitam atuação da CDH. A documentação apresentada registra atendimento clínico e prescrição de exames complementares, mas não permite comprovar negativa de assistência ou situação emergencial.

Encaminhamento: *Solicitar aos representantes documentos médicos atualizados, registros de pedidos e respostas da administração penitenciária e decisões judiciais pertinentes. Reavaliar a necessidade de providências institucionais após a complementação documental, sem*

interferir no pedido de prisão domiciliar submetido ao Poder Judiciário.

Nº 549

Pessoa com deficiência solicita apoio para obtenção de cadeira de rodas motorizada no Distrito Federal. Relata dificuldades de mobilidade e espera prolongada pelo equipamento, essencial à autonomia e à participação social.

Encaminhamento: *Encaminhar a solicitação e a documentação pertinente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, solicitando especial atenção à análise do pedido. Informar o interessado, esclarecendo que a decisão sobre o fornecimento compete ao órgão de saúde.*

Nº 551

Registro de solicitação de cadeira de rodas motorizada já contemplada no item nº 549 deste expediente.

Encaminhamento: *Tratar como duplicidade do item nº 549, evitando a repetição de encaminhamentos.*

Nº 552

Cidadão solicita acompanhamento institucional de alegadas irregularidades em investigação e processo criminal no qual figura como acusado. Os questionamentos apresentados dizem respeito, em grande parte, à produção e à avaliação de provas e a questões submetidas ao Poder Judiciário.

Encaminhamento: *Esclarecer que a CDH não pode rever condenações, provas ou decisões judiciais. Solicitar, caso haja interesse em acompanhamento institucional específico, a indicação de irregularidade administrativa ou procedimental distinta do mérito judicial, acompanhada de documentação pertinente.*

Nº 553

Servidor da Polícia Federal relata questionamentos sobre avaliações médicas oficiais que culminaram em sua aposentadoria por incapacidade permanente. A situação individual também está submetida à apreciação judicial.

Encaminhamento: *Verificar a viabilidade de solicitação de estudo técnico à Consultoria Legislativa do Senado Federal sobre avaliações médicas oficiais, readaptação funcional, garantias processuais e eventuais lacunas normativas, sem reexaminar o caso individual ou interferir na ação judicial.*

Nº 555

Brasileiro deportado dos Estados Unidos relata dificuldades para emissão de passaportes brasileiros de suas duas filhas menores, que permanecem naquele país com a mãe. A situação envolve a necessidade de preservação dos vínculos familiares e de esclarecimento dos procedimentos consulares.

Encaminhamento: *Encaminhar a manifestação ao Ministério das Relações Exteriores, com atenção ao Consulado-Geral do Brasil em Orlando, solicitando informações sobre pendências documentais e orientações para*

a conclusão dos pedidos. Ressaltar o melhor interesse das crianças e a importância da manutenção e do fortalecimento dos vínculos familiares.

Nº 559

Cidadão afegão residente no Paquistão reitera solicitação de proteção humanitária para si e seus familiares, em razão de riscos associados à sua atuação anterior no sistema judiciário do Afeganistão. A CDH já recebeu esclarecimentos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério das Relações Exteriores sobre as vias migratórias disponíveis.

Encaminhamento: *Orientar o interessado sobre o contato direto com organizações da sociedade civil habilitadas para avaliação de eventual acolhida humanitária, respeitados os critérios legais e a autonomia dessas entidades, sem intermediação de dados pessoais sensíveis desnecessários pela Comissão.*

Nº 561

Cidadã marroquina residente no Brasil solicita apoio diante de procedimento administrativo que poderá resultar na perda de sua autorização de residência, após o falecimento de seu filho brasileiro. Relata nova gestação de risco e vínculos de integração social no País. Foi identificada notificação oficial da Polícia Federal referente ao procedimento migratório, sem comprovação de decisão definitiva.

Encaminhamento: *Encaminhar a demanda ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com atenção à Polícia Federal, solicitando informações sobre a fase do procedimento e a observância do contraditório e da ampla defesa. Solicitar avaliação individualizada das circunstâncias familiares e humanitárias e de alternativas legalmente cabíveis para a regularidade migratória.*

INFORMES

Nº 550

Pessoa com deficiência residente no Espírito Santo relata barreiras de acessibilidade em calçadas, estabelecimentos comerciais e prédios públicos e manifesta interesse em colaborar com debates sobre a aplicação da Lei Brasileira de Inclusão.

Encaminhamento: *Além da ciência aos membros por meio deste informe, encaminhar eletronicamente a manifestação aos integrantes da CDH que representam o Espírito Santo, sugerindo avaliação da pertinência de requerimento de audiência pública sobre acessibilidade e fiscalização da legislação.*

Nº 554

Cidadão solicita avaliação de adiamento da apreciação da Sugestão Legislativa nº 9, de 2024, referente à proposta de plebiscito sobre restauração da monarquia parlamentarista, e informa mobilização para apresentação de abaixo-assinado em favor de audiência pública.

Encaminhamento: *Encaminhar a manifestação ao Gabinete da Senadora Damares Alves, para conhecimento e avaliação pela Coordenação Legislativa, quanto à tramitação da matéria e à viabilidade regimental das providências solicitadas. Informar ao interessado que eventual medida depende de iniciativa e deliberação parlamentares.*

EXPEDIENTE Nº 28 — VERSÃO SITE

DENÚNCIAS

Nº 566

Genitor de criança de 9 anos apresenta denúncia sobre supostas restrições à convivência familiar, alegações de alienação parental e possíveis situações de risco. A matéria encontra-se submetida ao Poder Judiciário do Estado de São Paulo, com realização de estudo psicossocial, manifestação do Ministério Público e apreciação de recurso pelo Tribunal de Justiça.

Encaminhamento: *Informar ao denunciante que a CDH não possui competência para interferir em processos judiciais ou revisar decisões jurisdicionais. Orientar que eventuais fatos novos sejam apresentados pelas vias processuais adequadas e que situações concretas de risco sejam comunicadas à rede local de proteção. Arquivar administrativamente a denúncia, sem prejuízo de reavaliação diante de novos elementos documentados.*

Nº 562

Gestante acompanhada por unidades hospitalares do Distrito Federal relata preocupação com a assistência médica durante gestação de gêmeas unidas, diante de orientações que considera divergentes sobre o planejamento do parto, os riscos envolvidos e as possibilidades de assistência às crianças. Solicita apoio institucional para assegurar atendimento especializado e informações adequadas à tomada de decisões.

Encaminhamento: *Oficiar, em caráter de extrema urgência, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com ciência à direção do hospital responsável, solicitando esclarecimentos sobre o planejamento assistencial, a composição da equipe multidisciplinar, os recursos disponíveis para atendimento obstétrico e neonatal e as medidas de proteção à gestante e às crianças. Requerer informações sobre a garantia de comunicação clara, participação nas decisões médicas e consentimento livre e esclarecido. Manter acompanhamento prioritário, resguardados os dados clínicos.*

Nº 563

Representante de pessoa idosa em internação hospitalar prolongada denuncia suposto descumprimento de decisões judiciais relativas à cobertura de internação domiciliar por operadora de plano de saúde. Questiona também a atuação fiscalizatória da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e apresenta propostas de aperfeiçoamento da legislação sobre saúde suplementar e proteção das pessoas idosas.

Encaminhamento: *Oficiar, em caráter urgente, à operadora de saúde e ao hospital responsável, solicitando informações sobre as condições necessárias à desospitalização segura e as providências adotadas quanto à assistência prescrita. Solicitar à ANS esclarecimentos sobre reclamações, fiscalização e mecanismos de responsabilização. Encaminhar os fatos pertinentes ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Manter para avaliação a proposta de audiência pública e sugerir análise parlamentar da viabilidade de estudo técnico sobre sanções por descumprimento de decisões*

judiciais e regras de prevenção de conflitos de interesses na ANS. Acompanhar as respostas, respeitada a competência do Poder Judiciário.

Nº 567

Ex-integrante da Polícia Militar de Minas Gerais relata dificuldades de acesso a tratamento médico e fisioterápico relacionado a sequelas de acidente ocorrido durante o serviço. A manifestação também contém questionamentos sobre atos administrativos e decisões judiciais referentes à sua situação funcional.

Encaminhamento: *Oficiar ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, solicitando informações sobre eventual requerimento de assistência médica, sua situação e as providências adotadas. Esclarecer que a CDH não pode rever decisões judiciais ou anular atos administrativos, nem presume a procedência das irregularidades alegadas. Acompanhar a resposta.*

Nº 568

Policial civil aposentado por invalidez no Estado do Rio de Janeiro relata interrupção do pagamento de proventos após procedimento disciplinar. Questiona dificuldades de acesso aos autos administrativos e a ausência de resposta a requerimentos apresentados por seus representantes legais.

Encaminhamento: *Oficiar à Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro, solicitando esclarecimentos sobre o acesso do interessado e de seus advogados ao*

procedimento administrativo disciplinar, os requerimentos pendentes e a observância das garantias do contraditório e da ampla defesa. Resguardar a competência dos órgãos responsáveis pela apreciação do mérito disciplinar e acompanhar a resposta.

Nº 569

Pessoa com deficiência relata possível falha em atendimento médico prestado na Bahia, com consequências para sua mobilidade e qualidade de vida. Informa a existência de apuração perante o conselho profissional competente e de demanda judicial acompanhada pela Defensoria Pública estadual.

***Encaminhamento:** Consultar o interessado sobre sua condição atual de saúde e eventuais necessidades de tratamento especializado ou reabilitação. Havendo demanda assistencial não atendida, solicitar documentação atualizada para avaliação de providências perante a rede pública de saúde. Esclarecer que a CDH não interferirá no processo judicial em andamento e manter o acompanhamento até o recebimento das informações.*

Nº 572

Mulher em situação de vulnerabilidade relata suposta violência doméstica, possíveis violações dos direitos de suas filhas menores e dificuldades de acesso à proteção social e à assistência jurídica. Informa estar abrigada em local

reservado no Estado de São Paulo e menciona procedimentos judiciais em andamento.

Encaminhamento: *Encaminhar a manifestação à Secretaria de Políticas para a Mulher do Estado de São Paulo, para acolhimento especializado e avaliação das necessidades de proteção e assistência da família. Preservar rigorosamente a identidade, os contatos e a localização das envolvidas. Informar a interessada sobre o encaminhamento e acompanhar a demanda, sem interferência nos processos judiciais.*

Nº 573

Responsável por adolescente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), matriculado em instituição federal de ensino no Rio de Janeiro, questiona medidas escolares adotadas após episódios que exigiram atenção especializada. A manifestação aborda o direito à educação inclusiva, a adequação dos apoios individualizados e a necessidade de preservar a dignidade e a segurança do estudante no ambiente escolar.

Encaminhamento: *Solicitar ao responsável informações atualizadas sobre a situação escolar e o bem-estar do adolescente, seu interesse na permanência na instituição e a avaliação das condições de acolhimento e segurança oferecidas. Após a resposta, avaliar eventual solicitação de esclarecimentos à instituição de ensino sobre os recursos de educação inclusiva e as medidas de proteção adotadas.*

Nº 575

Pessoa idosa reitera manifestação relacionada a caso em tramitação perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, envolvendo alegações de perseguição, violência e insuficiência de investigação e reparação. Questiona também dificuldades de acesso a documento administrativo e a ausência de solução para tratativas anteriores.

Encaminhamento: *Verificar a existência de resposta a ofício anteriormente encaminhado à Advocacia-Geral da União e, se necessário, reiterar a solicitação de informações sobre o andamento do caso e eventuais tratativas de solução amistosa. Solicitar ao interessado atualização sobre os recursos administrativos relativos ao acesso à informação. Acompanhar as respostas e dar ciência ao demandante.*

Nº 577

Moradores da cidade de São Paulo apresentam denúncia de possíveis situações de perseguição, intimidação e violência psicológica relacionadas a conflitos condominiais, além de alegações de atuação abusiva de policiais civis durante abordagem residencial. Parte dos fatos é objeto de investigação policial em andamento, sem comprovação documental de procedimento específico sobre a conduta atribuída aos agentes.

Encaminhamento: *Encaminhar a manifestação ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para conhecimento e avaliação das possíveis violações relatadas. Informar a existência de investigação relacionada aos conflitos condominiais, evitando sobreposição de providências ou interferência na apuração. Dar ciência aos interessados.*

Nº 578

Trabalhador que prestou serviços em instalações vinculadas à Petrobras, por intermédio de empresas terceirizadas, relata dificuldades para obter documentação técnica e profissional necessária à instrução de requerimentos previdenciários. Questiona negativas de acesso a registros de atividades e laudos ambientais.

Encaminhamento: *Oficiar à Petrobras, solicitando esclarecimentos sobre os pedidos apresentados, os fundamentos das negativas e a possibilidade de fornecimento dos documentos disponíveis. Solicitar ao Instituto Nacional do Seguro Social informações sobre o procedimento administrativo previdenciário e eventual necessidade de requisição de documentos técnicos. Dar ciência ao interessado e acompanhar as respostas, sem interferência nos processos administrativos ou judiciais.*

Nº 582

Denunciante solicita acompanhamento de procedimento administrativo disciplinar em tramitação no Conselho Nacional de Justiça, relacionado a acusações de assédio, violência sexual e abuso de poder atribuídas a magistrado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Manifesta preocupação com a duração do procedimento, a possibilidade de prescrição e a efetividade da apuração.

Encaminhamento: *Oficiar ao Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando informações institucionais sobre a instauração, a*

fase atual, os prazos de tramitação, eventuais prorrogações fundamentadas e as medidas adotadas para conclusão do procedimento, observadas as restrições de sigilo. Acompanhar a resposta sem interferir na apreciação do mérito disciplinar.

Nº 583

Familiar de criança residente em Roraima apresenta denúncia sobre possíveis violações de direitos, questionamentos relativos à guarda e alegadas insuficiências das medidas de proteção adotadas pela rede local. A manifestação não foi acompanhada de documentos comprobatórios.

Encaminhamento: *Encaminhar a denúncia ao Ministério Público do Estado de Roraima, para avaliação da necessidade de apuração e de medidas de proteção, observada a prioridade absoluta dos direitos da criança. Informar à demandante sobre a providência e esclarecer que a análise dos fatos compete aos órgãos locais responsáveis.*

Nº 594

Organização da sociedade civil que atua na defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade denuncia possíveis irregularidades na Central de Custódia Provisória de Santa Izabel do Pará, incluindo alimentação inadequada, restrição de água potável, agressões, intimidações, possíveis práticas de tortura e notícia de morte sob custódia. Os relatos dependem de apuração pelas autoridades competentes.

Encaminhamento: *Oficiar ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, solicitando informações sobre as providências adotadas em relação à denúncia, a avaliação da necessidade de inspeção e a existência de dados oficiais sobre a notícia de morte sob custódia. Acompanhar os desdobramentos, sem presumir a confirmação dos fatos relatados.*

RESPOSTAS DE OFÍCIOS

Nº 576

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal apresenta esclarecimentos sobre as condições estruturais, assistenciais e administrativas da Unidade de Psiquiatria do Hospital de Base, em resposta a questionamentos da CDH. A documentação inclui informações do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal sobre capacidade de atendimento, equipes e procedimentos de internação.

Encaminhamento: *Registrar e agradecer a resposta, incorporando as informações ao acompanhamento da denúncia anteriormente apresentada. Acompanhar as providências administrativas e assistenciais relacionadas às condições da unidade, preservando o anonimato do denunciante.*

Nº 588

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo responde à CDH sobre procedimento ético-profissional relacionado à apuração de possíveis falhas na assistência prestada a criança que veio a óbito. O Conselho informa que não pode fornecer os dados solicitados em razão do sigilo processual. A Comissão também recebeu informações complementares sobre investigações e medidas de responsabilização relacionadas ao caso.

Encaminhamento: *Registrar a resposta do Conselho, respeitando o sigilo do procedimento ético-profissional. Verificar as respostas e providências anteriores dos órgãos de saúde, do Ministério Público e da Polícia Civil. Solicitar, quando necessário, informações institucionais atualizadas sobre as apurações e os desdobramentos das medidas adotadas, preservando a intimidade da família e sem interferir em procedimentos judiciais ou disciplinares.*

Nº 591

A Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará apresenta informações complementares sobre programas de proteção a pessoas ameaçadas, no contexto do acompanhamento do desaparecimento de criança em Eldorado do Carajás (PA). A resposta esclarece atribuições de programas estaduais, mas permanece pendente informação sobre a avaliação individualizada de proteção solicitada para familiares e pessoas envolvidas no caso.

Encaminhamento: *Acusar o recebimento e agradecer os esclarecimentos prestados. Solicitar ao órgão estadual competente informações reservadas sobre a situação da*

avaliação de proteção e as providências eventualmente adotadas, evitando a exposição dos envolvidos. Manter acompanhamento articulado com os registros anteriores da CDH.

Nº 592

A Polícia Federal encaminha resposta sobre denúncia de possível submissão de trabalhadores a condições degradantes e restrição da liberdade de locomoção em estabelecimento de Cabo Frio (RJ). O caso também foi acompanhado pelo Ministério Público do Trabalho, que informou a realização de fiscalização e o resgate de 67 trabalhadores.

***Encaminhamento:** Registrar a resposta e vinculá-la aos expedientes anteriores. Considerar atendida a vertente emergencial e trabalhista, sem prejuízo de reabertura diante de fatos novos. Verificar se já foi encaminhado pedido complementar à Polícia Federal sobre eventual investigação criminal e, conforme o caso, aguardar a resposta ou cumprir o encaminhamento anterior, evitando solicitações duplicadas.*

Nº 595

O Conselho Tutelar de Firmino Alves (BA) apresenta informações sobre o acompanhamento de criança localizada em Ilhéus após episódio de desaparecimento, bem como sobre a articulação com o Conselho Tutelar do município onde ocorreu a localização e o encaminhamento da família à rede socioassistencial.

Encaminhamento: *Registrar e agradecer a resposta. Solicitar informações atualizadas sobre a continuidade do acompanhamento da criança e de sua família, especialmente quanto ao atendimento pela rede socioassistencial e às medidas de proteção eventualmente adotadas. Preservar a identidade e os dados pessoais dos envolvidos.*

Nº 597

A Polícia Federal responde a solicitação da CDH relacionada a relatos públicos de ameaças contra uma mulher e preocupações com a segurança de suas filhas, em contexto associado a investigação federal. Informa que as medidas de polícia judiciária cabíveis estão sob avaliação da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo.

Encaminhamento: *Registrar a resposta e verificar o andamento dos encaminhamentos complementares já definidos pela CDH perante os órgãos federais competentes, especialmente quanto à avaliação de risco e à possibilidade de medidas emergenciais de proteção. Evitar a repetição de ofícios com o mesmo objeto e manter acompanhamento prioritário, preservando informações de segurança da família.*

SOLICITAÇÕES

Nº 564

Terceira pessoa solicita providências em favor de adulto com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível elevado de suporte, diante de relatos de dificuldades familiares e necessidade de atendimento especializado. A documentação

apresentada não esclarece suficientemente a legitimidade da representante para formular pedidos em nome do interessado.

Encaminhamento: *Orientar que a solicitação seja apresentada pelo próprio interessado, quando possível, ou por seu representante legal, acompanhada de comprovação dessa condição e dos documentos pertinentes. Aguardar a regularização da demanda antes de eventual expedição de ofícios externos, resguardando os dados pessoais e médicos.*

Nº 565

Terceira pessoa solicita intervenção institucional em favor de adulto com necessidades de acompanhamento especializado, alegando interrupção de medicamentos e terapias em município de Mato Grosso. Não foram apresentados elementos suficientes para comprovar a interrupção dos serviços nem a condição de representação do interessado.

Encaminhamento: *Solicitar que a demanda seja formalizada pelo próprio interessado, caso possa manifestar sua vontade, ou por representante legal devidamente identificado, acompanhada de documentos que comprovem a situação assistencial relatada. Aguardar as informações necessárias antes de avaliar providências perante órgãos externos.*

Nº 570

Cidadã questiona possíveis distorções na aplicação das regras de reserva de vagas em concursos públicos,

especialmente em situações nas quais a distribuição das vagas poderia resultar na não nomeação de candidato classificado em primeiro lugar na ampla concorrência. Solicita avaliação de eventual necessidade de aperfeiçoamento legislativo.

Encaminhamento: *Solicitar estudo à Consultoria Legislativa do Senado Federal sobre os critérios de distribuição de vagas reservadas e sua compatibilidade com os princípios constitucionais, preservada a política de ações afirmativas. Caso identificada necessidade de aperfeiçoamento normativo, examinar alternativas legislativas. Informar à interessada sobre o encaminhamento.*

Nº 571

Cidadã afegã solicita orientação sobre possibilidades de proteção humanitária para sua família, diante de alegados riscos relacionados à atuação profissional anterior de familiar no sistema de Justiça do Afeganistão.

Encaminhamento: *Responder à interessada com orientações sobre os mecanismos brasileiros de acolhida humanitária e os canais oficiais disponíveis. Esclarecer os procedimentos aplicáveis à participação de organizações da sociedade civil habilitadas, sem intermediar pedidos individuais de visto ou coletar dados pessoais sensíveis desnecessários.*

Nº 574

Genitor solicita acompanhamento institucional relacionado à permanência de seus filhos menores na Bélgica,

em situação que caracteriza como subtração internacional de crianças. Relata dificuldades no andamento das medidas de cooperação jurídica internacional e apresenta documentação relativa aos procedimentos adotados.

Encaminhamento: *Solicitar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Autoridade Central Administrativa Federal, informações sobre a tramitação dos procedimentos de cooperação internacional e as providências adotadas no âmbito da Convenção da Haia de 1980. Submeter a matéria à avaliação parlamentar para acompanhamento, respeitadas as competências das autoridades brasileiras e estrangeiras e o sigilo dos procedimentos que envolvem crianças.*

Nº 579

Delegada de Polícia Civil de Minas Gerais encaminha documentação complementar relativa a denúncia anteriormente apresentada à CDH, envolvendo alegações de irregularidades institucionais e procedimento investigativo em tramitação no Ministério Público estadual.

Encaminhamento: *Verificar os registros de expedição de ofício anteriormente proposto à Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, destinado à obtenção de informações sobre a tramitação do procedimento investigativo e eventual risco prescricional. Evitar duplicidade de solicitações e manter o acompanhamento conforme as respostas recebidas.*

Nº 580

Cidadão solicita o adiamento da apreciação de parecer relativo à Sugestão Legislativa nº 9, de 2024, que trata de proposta de plebiscito sobre a restauração da monarquia parlamentarista no Brasil. Também manifesta interesse na realização de audiência pública sobre a matéria.

Encaminhamento: *Encaminhar a manifestação ao Gabinete da Presidência da CDH, para conhecimento e avaliação quanto à tramitação da Sugestão Legislativa e à pertinência das providências solicitadas. Esclarecer que eventual adiamento ou realização de audiência depende das competências e deliberações parlamentares aplicáveis.*

Nº 581

Pessoa com deficiência solicita apoio para obtenção de gratuidade em transporte aéreo destinado à realização de tratamento de saúde fora de seu domicílio. Relata dificuldades financeiras e necessidades assistenciais relacionadas ao deslocamento.

Encaminhamento: *Solicitar informações complementares sobre o tratamento indicado, o deslocamento necessário, eventuais pedidos de Tratamento Fora de Domicílio e a necessidade de acompanhante durante o transporte. Orientar sobre os mecanismos públicos de custeio de deslocamentos para tratamento de saúde e as regras de assistência a passageiros com necessidades especiais, esclarecendo que a condição de pessoa com deficiência não assegura, por si só, gratuidade integral em passagens aéreas comerciais.*

Nº 584

Cidadão afegão residente no Paquistão reitera pedido de orientação e acompanhamento relacionado à proteção humanitária de sua família, alegando riscos associados à atuação profissional anterior no sistema judiciário do Afeganistão. A CDH já solicitou e recebeu esclarecimentos dos ministérios brasileiros competentes sobre os procedimentos aplicáveis.

Encaminhamento: *Confirmar o recebimento de eventual documentação complementar e reiterar as orientações institucionais sobre o procedimento brasileiro de acolhida humanitária baseado no patrocínio comunitário. Informar que a identificação e o referenciamento de interessados competem às organizações da sociedade civil habilitadas e que a CDH não pode conceder vistos ou determinar a inclusão em programas de acolhimento.*

Nº 585

Cidadão afegão residente no Irã solicita orientação sobre acolhida humanitária no Brasil, relatando ameaças e perseguição relacionadas à sua atuação anterior nas forças de segurança do Afeganistão.

Encaminhamento: *Informar ao interessado os procedimentos de acolhida humanitária previstos na regulamentação brasileira e orientar o contato direto com organizações da sociedade civil habilitadas para avaliação de eventual referenciamento. Esclarecer as atribuições do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério das*

Relações Exteriores, sem intermediação de pedidos individuais pela CDH.

Nº 586

Representante jurídica de família de duas crianças desaparecidas em janeiro de 2026, na zona rural de Bacabal (MA), solicita providências relacionadas à continuidade das investigações, à cooperação policial internacional e à verificação de informações sobre crianças localizadas nos Estados Unidos. A manifestação também aborda a possibilidade de ampliação da participação de órgãos federais na apuração.

Encaminhamento: *Solicitar ao Ministério das Relações Exteriores esclarecimentos complementares sobre consultas realizadas às autoridades norte-americanas, eventuais atualizações posteriores e a possibilidade de confronto de informações de identificação, pelos canais oficiais de cooperação. Avaliar as providências pertinentes perante os órgãos de investigação competentes, observadas suas atribuições e o sigilo investigativo. Manter acompanhamento institucional das buscas e da proteção dos direitos das crianças e de seus familiares, sem pressupor a existência de relação comprovada entre o caso e operações realizadas no exterior.*

Nº 587

Cidadão residente no interior de São Paulo solicita orientação para reinserção profissional após cumprimento de parte de pena criminal, relatando dificuldades de acesso ao

mercado de trabalho. Informa possuir experiência nas áreas contábil e financeira e interesse em retomar suas atividades profissionais.

Encaminhamento: *Orientar o interessado sobre os serviços da Central de Atenção ao Egresso e Família de Assis, o Programa Pró-Egresso, o Posto de Atendimento ao Trabalhador de Paraguaçu Paulista e as plataformas estaduais Trampolim SP e Qualifica SP. Informar sobre possibilidades de qualificação nas áreas contábil, financeira e administrativa, inclusive por meio do Programa Senac de Gratuidade. Recomendar orientação jurídica individualizada em caso de possíveis práticas discriminatórias em processos seletivos, sem interferência na condenação judicial.*

Nº 589

Rede voluntária de apoio a pessoas com Transtorno Neurológico Funcional (TNF) solicita a abertura de canal de diálogo com a CDH. A entidade relata dificuldades de acolhimento, estigmatização e barreiras enfrentadas por pacientes e familiares, sem apresentar denúncia individualizada contra profissionais ou instituições.

Encaminhamento: *Acusar o recebimento da manifestação e informar sobre os canais permanentes de comunicação da CDH e do Senado Federal, incluindo o endereço eletrônico institucional da Comissão, a Ouvidoria e o Portal e-Cidadania. Orientar sobre a participação em audiências públicas interativas e sobre a apresentação de Ideias Legislativas, abertas a apoios por quatro meses e encaminhadas à CDH quando alcançam 20 mil apoios, para*

análise e eventual conversão em Sugestão Legislativa. Esclarecer também as possibilidades regimentais de apresentação de sugestões por entidades legitimadas. Registrar a manifestação para acompanhamento institucional.

Nº 590

Movimento de ex-integrantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro solicita apoio institucional para o aperfeiçoamento dos mecanismos estaduais de revisão de atos administrativos de exclusão. Apresenta proposta de reformulação da Comissão Mista de Revisão Administrativa e informa que a encaminhou ao governador eleito do Estado. A temática envolve garantias de devido processo legal, contraditório, ampla defesa e proporcionalidade das sanções.

Encaminhamento: *Reconhecer a relevância da matéria para a proteção dos direitos humanos, esclarecendo que a revisão dos atos administrativos compete ao Estado do Rio de Janeiro. Registrar o encaminhamento da proposta ao governador eleito e acompanhar sua eventual apreciação pela nova gestão estadual. Solicitar ao movimento informações sobre respostas oficiais e, conforme os desdobramentos, avaliar a pertinência de consulta institucional aos órgãos estaduais competentes, sem antecipar juízo sobre processos individuais ou apoiar automaticamente medidas de anistia ou reintegração.*

Nº 593

Pesquisadora apresenta proposta de difusão de coleção educacional voltada à valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena, dos saberes amazônicos e da diversidade cultural. O material reúne histórias em quadrinhos e recursos pedagógicos destinados ao Ensino Fundamental, com abordagem de educação antirracista e interculturalidade.

Encaminhamento: *Acusar o recebimento e reconhecer a relevância da temática. Esclarecer que a CDH não possui competência para homologar, selecionar ou determinar a aquisição de materiais didáticos. Orientar a apresentação da proposta aos canais técnicos do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, observados os procedimentos próprios. Considerar que a iniciativa já foi encaminhada a outros ministérios, evitando comunicações repetitivas. Registrar a proposta para eventual consideração em atividades temáticas futuras.*

Nº 596

Familiar de criança com Distrofia Muscular de Duchenne solicita apoio para acesso ao medicamento Elevidys, manifestando preocupação com a progressão da doença e a possível perda da janela terapêutica. A temática já é acompanhada pela CDH, que realizou audiência pública em agosto de 2026 e constituiu Grupo de Trabalho específico sobre o medicamento.

Encaminhamento: *Registrar a resposta institucional já encaminhada à interessada por meio da Ouvidoria do Senado Federal, com esclarecimentos sobre a atuação da CDH, o funcionamento do Grupo de Trabalho e as competências da*

Anvisa em matéria de regularização de medicamentos. Consignar que o GT já realizou três reuniões e deverá apresentar relatório com possíveis alternativas e recomendações à Comissão. Manter o expediente em acompanhamento, observando os desdobramentos dos trabalhos e preservando os dados pessoais e de saúde da criança.